87ª SBEn
SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

CADERNO DE DICAS

ORGANIZADORAS
ALINE MACÊDO DE QUEIROZ
FLÁVIA ALVES AMORIM SOUZA SALES
IVONE EVANGELISTA CABRAL
KÊNIA LARA DA SILVA
SANDRA REJANE SOARES FERREIRA

SÉRIE
SEMANA BRASILEIRA
DE ENFERMAGEM
VOLUME 3 • 2026

ABEn 100 ANOS

LUTAS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS



ABEn

100 ANOS

87ª SBEn
SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

CADERNO DE DICAS

SÉRIE SEMANA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM
VOLUME 3

ABEn 100 ANOS
LUTAS, AVANÇOS E PERSPECTIVAS

ORGANIZADORAS
ALINE MACÊDO DE QUEIROZ
FLÁVIA ALVES AMORIM SOUZA SALES
IVONE EVANGELISTA CABRAL
KÊNIA LARA DA SILVA
SANDRA REJANE SOARES FERREIRA

100 ANOS
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

BRASÍLIA, DF

ABEn

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A142 ABEn 100 anos: lutas, avanços e perspectivas [recurso eletrônico] / organizadoras Aline Macêdo de Queiroz, Flávia Alves Amorim Souza Sales, Ivone Evangelista Cabral, Kênia Lara da Silva, Sandra Rejane Soares Ferreira. – Brasília, DF : ABEn, 2026.
(Semana Brasileira de Enfermagem ; v. 3)

Documento de apoio para realização da 87ª Semana Brasileira de Enfermagem – SBEn.
Tema abordado: ABEn 100 anos: lutas, avanços e perspectivas

ISBN 978-65-89112-28-0
DOI: https://doi.org/10.51234/aben.26.e30

1. Enfermagem. 2. Enfermeiros. I. Associação Brasileira de Enfermagem. II. Queiroz, Aline Macedo de. III. Souza, Flávia Alves Amorim. IV. Cabral, Ivone Evangelista. V. Silva, Kênia Lara da. VI. Ferreira, Sandra Rejane Soares.

CDD (22. ed.) 610.73

Ana Cláudia Philippi Pizzorno - Bibliotecária CRB 14/525

COMO CITAR:
Silva KL, Cabral IE, Sales FAAS, Queiros AM, Ferreira SRS et al. Os próximos 100 anos da ABEn: defesa da democracia, direitos humanos e fortalecimento da Enfermagem. In: Queiroz AM, Sales FAAS, Cabral IE, Silva KLS, Ferreira SRS, organizadoras. ABEn 100 anos: lutas, avanços e perspectivas. Brasília (DF): Editora ABEn; 2026. (Série Semana Brasileira de Enfermagem; v.3). p. 74-87.
doi: https://doi.org/10.51234/aben.26.e30p74-87

OS PRÓXIMOS 100 ANOS DA ABEn: DEFESA DA DEMOCRACIA, DIREITOS HUMANOS E FORTALECIMENTO DA ENFERMAGEM

Kenia Lara da Silva[I] ORCID: 0000-0003-3924-2122
Ivone Evangelista Cabral[II] ORCID: 0000-0002-1522-9516
Flávia Alves Amorim Souza Sales[III] ORCID: 0000-0001-7820-5805
Aline Macêdo de Queiroz[IV] ORCID: 0000-0002-7374-011X
Sandra Rejane Soares Ferreira[V] ORCID: 0000-0003-2742-3700
Camila Pureza Guimarães da Silva[VI] ORCID: 0000-0002-2547-9906
Dagmar Elaine Kaiser[VII] ORCID: 0000-0001-5652-4653
Diego Stefan Catani[VIII] ORCID: 0000-0002-4491-6980
Daiane de Souza Fernandes[IX] ORCID: 0000-0001-6629-4222
Diego Quaresma Ferreira[X] ORCID: 0000-0002-4355-1270
Everton de Freitas Gomes[XI] ORCID: 0009-0009-3555-3370
Thaís Andréa de Oliveira Moura[XII] ORCID: 0000-0002-2303-1999

[I] Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.
[II] Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ.
[III] Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, GO.
[VI] Universidade Federal do Pará. Belém, PA.
[V] Grupo Hospitalar Conceição. Porto Alegre, RS.
[VI] Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
[VII] Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
[VIII] Prefeitura Municipal de Votorantim. Votorantim, SP.
[XI] Universidade Federal do Pará. Belém, PA.
[X] Universidade Federal do Amapá. Oiapoque, AP.
[XI] Secretaria Municipal de Saúde de Manaus. Manaus, AM.
[XII] Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco. Recife, PE.



AUTOR CORRESPONDENTE
Ivone Evangelista Cabral
E-mail: icabral444@gmail.com

RESUMO

Objetivo: promover uma reflexão entre os associados da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), profissionais de enfermagem e demais parceiros comprometidos com a democracia, a educação e a oferta qualificada de cuidados em saúde e enfermagem. Analisar a contribuição do legado da ABEn no contexto histórico nacional, destacando as lutas e conquistas da entidade na defesa da categoria, bem como projetar os desafios futuros que a entidade deverá enfrentar. Método: reflexão crítica, baseada nas lentes da interseccionalidade e da decolonialidade, para problematizar políticas de formação, a atuação profissional e o engajamento social da enfermagem, considerando mudanças políticas, racismo estrutural e pressões neoliberais. **Resultados**: destacam-se o fortalecimento do compromisso ético e político da enfermagem, a valorização de saberes diversos, a defesa de uma formação presencial de qualidade, o enfrentamento da precarização do trabalho e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como exercício democrático. **Considerações finais:** é fundamental continuar promovendo a formação crítica e cidadã dos profissionais de enfermagem, reforçando a estrutura política da profissão e intensificando a luta por direitos humanos, democracia e justiça social, para construir um futuro coletivo e engajado para os próximos cem anos da ABEn.

DESCRITORES: Democracia; Direitos Humanos; Sociedades de Enfermagem; Política de Saúde; Enfermagem.

INTRODUÇÃO

É um desafio escrever um ensaio que projete os próximos 100 anos da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) na consolidação da democracia, na defesa dos direitos humanos e no fortalecimento da Enfermagem. Isso porque o futuro é uma ideia incerta, permeada por múltiplas possibilidades e condicionantes históricos. Ao mesmo tempo, só há futuro porque estamos construindo o presente. E é desse lugar que pretendemos apresentar algumas reflexões que podem iluminar nossa caminhada rumo aos próximos cem anos.

As mudanças vivenciadas pela humanidade nos últimos tempos impõem condicionantes e determinantes para projetar o futuro da ABEn, dado o lugar que uma Associação tem e precisa ter como movimento organizado da sociedade civil.

Nesse sentido, a ABEn influencia tudo o que afeta nossa sociedade, especialmente a Enfermagem, incluindo o ensino de novos profissionais, suas condições de trabalho, a produção de conhecimento e o cuidado em saúde. Além disso, a enfermagem desempenha um papel crucial na gestão das crises atuais, na formação de profissionais, no mundo do trabalho e em seus impactos, na necessidade de fortalecer as organizações políticas da categoria e na defesa de um trabalho digno. É urgente qualificar a formação e qualificação dos profissionais, alinhando-os às demandas do Sistema Único de Saúde (SUS) e em favor de uma Saúde Planetária.

Diante do exposto, este ensaio utiliza como referência "pinceladas" de transformações político-sociais ocorridas no Brasil, bem como os movimentos que contaram

com a atuação da Associação Brasileira de Enfermagem ao longo de seu centenário, destacando os desafios que ainda se apresentam em sua trajetória, bem como suas conquistas e lutas. Os objetivos são: promover uma reflexão entre os associados da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), profissionais de enfermagem e demais parceiros comprometidos com a democracia, a educação e a oferta qualificada de cuidados em saúde e enfermagem. Analisar a contribuição do legado da ABEn no contexto histórico nacional, destacando as lutas e conquistas da entidade na defesa da categoria, bem como projetar os desafios futuros que a entidade deverá enfrentar.

MÉTODO

Trata-se de um ensaio elaborado a partir de uma reflexão crítica sobre os 100 anos da ABEn, por meio de lentes teóricas da decolonialidade e da interseccionalidade, para problematizar as políticas de formação, a atuação profissional e o engajamento social da enfermagem, considerando transformações políticas, racismo estrutural e pressões neoliberais. Para Catherine Walsh, a decolonialidade representa uma postura crítica e uma prática pedagógica que visa romper com a lógica colonial, capitalista e eurocêntrica que ainda prevalece na sociedade, na educação e no conhecimento. Não se trata apenas de teoria, mas de outro modo de se posicionar no mundo, de uma forma de resistência fundamentada nos saberes de povos racializados. A autora entende que marcadores sociais, como gênero, raça, classe, território e geração, se intersectam ao gerar desigualdades que afetam as condições de vida da população[1]. Por extensão, o trabalho dos profissionais de saúde. Ao reconhecer essas múltiplas dimensões, a enfermagem aprimora sua capacidade de atuar de maneira ética, política e socialmente comprometida. A interculturalidade refere-se a um processo contínuo de interação, comunicação e aprendizado entre culturas, baseado no respeito, na legitimidade mútua, na simetria e na igualdade. Trata-se de uma troca entre indivíduos, conhecimentos e práticas culturalmente distintas, visando construir um novo significado a partir das diferenças. Este conceito caracteriza um espaço de negociação e tradução no qual as desigualdades sociais, econômicas e políticas, bem como as relações e conflitos de poder, são explicitamente reconhecidos e enfrentados. Constitui uma tarefa social e política voltada ao conjunto da sociedade, fundamentada em ações concretas e conscientes, com o objetivo de promover a responsabilidade e a solidariedade. Representa, assim, uma meta a ser alcançada[1-3].

RESULTADOS

O ensaio apresenta a seguinte organização: inicialmente, explora brevemente o contexto político da luta pela democracia no Brasil; em seguida, aborda as mudanças

na profissão de enfermagem. Continua abordando o compromisso e o legado deixados pela ABEn, e finaliza discutindo perspectivas para os próximos 100 anos da entidade, com novas lentes e lutas.

Contexto de luta pela democracia brasileira

Os últimos 100 anos (1926-2026) representaram um século de transformações intensas para a sociedade e para a enfermagem brasileira. No âmbito político, saímos de um modelo de "República Velha" para o fortalecimento do Estado moderno brasileiro; vivenciamos períodos autoritários marcados por golpes e regimes ditatoriais[4], e participamos de processos históricos de redemocratização que culminaram na Constituição de 1988 e na construção do Sistema Único de Saúde (SUS)[2]. Mais recentemente, contudo, voltamos a testemunhar ameaças à democracia, crescimento do fascismo, exacerbação dos movimentos ultraliberais e fragilização de políticas públicas essenciais para a proteção social[4,5].

No âmbito econômico-social, passamos pelos processos de revolução industrial e tecnológica, mudando a base de uma sociedade oligárquica e agrária para uma sociedade plural, urbana, industrial e digital. Apesar disso (ou por causa disso), enfrentamos desafios históricos como desigualdades de diferentes naturezas, racismo estrutural, violências, pobreza e precarização das condições de vida de amplos segmentos da população. Esses processos produzem impactos diretos na saúde das pessoas, ampliando vulnerabilidades e demandando respostas cada vez mais complexas dos sistemas de saúde.

Do ponto de vista ambiental, a destruição da natureza e os impactos das mudanças climáticas assumem proporções cada vez mais alarmantes. Convivemos com consequências sociais avassaladoras de uma relação exploratória e predatória com o meio ambiente, expressas na degradação da natureza, nas altas taxas de poluição, no uso excessivo de derivados do carbono, no extrativismo intensivo e na destruição de ecossistemas, com extinções e ameaças a muitas espécies vivas. Tais processos impactam diretamente as condições de vida e saúde da população, exigindo novos modos de pensar o cuidado e a relação entre saúde, sociedade e natureza[6].

Cenário de transformações da profissão de enfermagem

Nesse cenário de transformações profundas, a enfermagem também passou por mudanças significativas ao longo do último século. A profissão consolidou-se como uma prática social essencial para a organização do cuidado em saúde, ampliando sua presença em diferentes níveis de atenção e fortalecendo sua contribuição para a saúde

pública brasileira. A expansão da formação superior, o crescimento das pesquisas e dos programas de pós-graduação, o fortalecimento da produção científica e a ampliação da participação política da categoria contribuíram para a construção de uma identidade profissional comprometida com a defesa da vida e do direito à saúde.

Ao longo da história, a ABEn desempenhou um papel fundamental na organização científica, política e social da profissão. Desde sua fundação, a entidade tem atuado na defesa da qualificação da formação profissional, na produção e disseminação do conhecimento científico, na defesa das condições de trabalho da enfermagem e na participação ativa em importantes processos históricos do campo da saúde, como a Reforma Sanitária brasileira e a construção do SUS.

Contudo, essas conquistas não garantiram a plena valorização da profissão no século XXI, pois, no mundo do trabalho, o avanço da política neoliberal resultou, entre avanços e retrocessos, em relações de trabalho e modelos de contratação cada vez mais predatórios.

Neste âmbito, há uma tendência de retração dos vínculos estáveis entre enfermeiras na Atenção Primária à Saúde (APS), com variações regionais significativas ao longo do país. Há maior participação de servidoras estatutárias apenas nas regiões Sul e Centro-Oeste, enquanto na região Norte, a maioria possui contrato temporário, uma modalidade de vínculo na APS que já existe no país, seja por cargos comissionados ou por contrato trabalhista baseado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sem estabilidade. O avanço desses vínculos no Brasil cresceu com as Organizações Sociais que surgiram após a reforma do Estado nos anos 1994/1995. Elas representam o 'terceiro setor' e novas formas de gestão e de prestação de serviços de saúde, especialmente no Sul-Sudeste, o que gera grandes monopólios[7].

Essa realidade tem como determinantes o desenvolvimento tardio e a insuficiência do Estado de bem-estar social, em países periféricos, como é o caso do Brasil, que dificultam o pleno alcance dos direitos trabalhistas, da cobertura previdenciária, do acesso à assistência social e da universalidade das políticas públicas. Com isso, assiste-se a uma grande parte dos trabalhadores com vínculos informais, em empregos precários e em subemprego. A coexistência de uma minoria de trabalhadores com direitos sociais e uma vasta massa de desempregados e precarizados gera pressão para reduzir os custos trabalhistas[8,p. 38].

Neste cenário, o futuro da enfermagem encontra-se intimamente associado à capacidade coletiva de resistir às políticas neoliberais que precarizam o trabalho e a vida; assolam direitos e privam as pessoas das possibilidades de realização. Afinal, como ensina Amartya Sen[9], pouco adianta falar na liberdade que tem um cidadão se, na prática, ele está privado de condições objetivas para realizá-la.

A mudança deste cenário exige compromisso e requer coragem, solidariedade e coordenação entre sindicatos, entidades científicas, universidades, movimentos sociais e parlamentares dedicados à preservação e proteção da vida. Valorizar a enfermagem consiste em cuidar de quem se dedica ao cuidado. E cuidar de quem cuida constitui uma garantia de um país mais justo, saudável e humano[8].

O compromisso e o legado da ABEn

A ABEn mantém seu compromisso de resistir a esses modelos ao atuar, de forma incansável, no Fórum Nacional de Enfermagem, promovendo, juntamente com as demais entidades da área, uma agenda propositiva em defesa da alteração na Constituição Federal de 1998, por meio da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 19/2024. A PEC propõe vincular a jornada máxima de trabalho de 30 horas semanais ao piso salarial das enfermeiras e dos enfermeiros; dos técnicos e das técnicas de enfermagem; dos e das auxiliares de enfermagem; e das parteiras, além de prever reajustes automáticos, medidas fundamentais para a valorização da categoria e para condições dignas de trabalho. Essa é uma luta histórica dos profissionais de Enfermagem e suas entidades[10].

Na Educação, a ABEn reafirma seu compromisso de atuar na defesa de estruturas pedagógicas que garantam uma formação de qualidade para profissionais em todos os níveis, promovendo profundas mudanças no ensino centrado na pessoa e no SUS. Posiciona-se contrária ao ensino à distância (EaD) na enfermagem, pois ele compromete a qualidade da formação, não oferecendo uma base sólida e nem competências essenciais para o cuidado humano. Estudantes de EaD tendem a apresentar desempenho e engajamento inferiores, o que se agrava devido à baixa regulação da oferta de ensino nesta modalidade, o que favorece a baixa qualidade e a mercantilização da educação[11]. Assim, a ABEn seguirá lutando para ampliar sua participação incisiva a favor da educação de qualidade e como bem público para a enfermagem brasileira, como o fez pela promulgação do Decreto Federal n.º 12.456/2025[12], que proibiu os cursos de enfermagem a distância no Brasil.

Além disso, o engajamento ativo na formulação do texto das novas Diretrizes Curriculares Nacionais de Enfermagem[13], recentemente publicadas pelo Ministério da Educação em 2026, tem a potência de impulsionar uma nova onda de profissionais bacharelados em enfermagem, com maior equilíbrio entre experiências e conteúdos, para uma prática profissional na atenção hospitalar, na comunidade e demais níveis de assistência à saúde.

Desde 1939, por meio de suas comissões de educação, a ABEn tem desempenhado um papel fundamental na formação técnico-profissionalizante. A entidade reconhece

o valor dos técnicos, que compõem 70% da categoria[14], e se dedica a articular ações entre as demandas de saúde nacional e a qualificação desses profissionais. Existe uma extensa evidência da participação da ABEn na elaboração de regulamentações relativas à formação e à prática profissional dos trabalhadores do nível médio em enfermagem[10,15].

O legado da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) para a enfermagem brasileira e para a sociedade, ao longo de um século, é profundamente marcado pela organização, valorização e fortalecimento da profissão no país. A ABEn consolidou marcos históricos, tais como a Semana Brasileira de Enfermagem; os eventos regulares, com o Congresso Brasileiro de Enfermagem (CBEn), os Seminários Nacionais de Pesquisa em Enfermagem (SENPE), Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem (SENADEn); o Simpósio Nacional de Teorias, Terminologias e Processo de Enfermagem (SINADEn), Seminário Nacional de Diretrizes de Enfermagem na Atenção Básica (SENABS), Seminário Internacional do Trabalho de Enfermagem (SITEn), Colóquio Latino-Americano da História da Enfermagem (CLAHEn); e tantos outros eventos científicos promovidos pela ABEn. Destacam-se, ainda, na publicação e editoria científicas, os periódicos Revista Brasileira de Enfermagem (REBEn), História de Enfermagem — Revista Eletrônica (HERE) e a Revista Paulista de Enfermagem (REPEn). Além da Editora ABEn e de outras inúmeras estratégias políticas voltadas à educação em enfermagem, à pesquisa e à prática profissional no país. Essas iniciativas se traduzem em espaços de debate, de produção científica e de construção coletiva de políticas que promovem a qualificação e o reconhecimento da enfermagem como prática social essencial.

A Semana Brasileira de Enfermagem, realizada regularmente desde 1946, destaca-se pela tradição de discutir temas relevantes para a categoria, contribuindo para a atualização profissional e para o fortalecimento da identidade coletiva. O Congresso Brasileiro de Enfermagem, iniciado em 1947, tornou-se um importante espaço de encontro anual, no qual se debatem questões políticas, científicas e sociais da profissão, reforçando a atuação da ABEn como protagonista na construção de uma enfermagem comprometida com o cuidado, a equidade e a dignidade humana[15].

Além disso, a ABEn promove a produção e disseminação de conhecimento por meio do incremento da Diretoria de Estudos e Pesquisa com o Centro de Estudos e Pesquisas (CEPEn) e da comunicação científica com a REBEn, a História de Enfermagem Revista Eletrônica – a HERE e a Revista Paulista de Enfermagem (REPEn), estimulando a pesquisa e a disseminação de conhecimentos que impactam diretamente a prática e as políticas de saúde.

Todas estas iniciativas foram utilizadas como base para decisões voltadas à promoção da saúde, ao bem-estar da população e ao desenvolvimento da enfermagem no Brasil.

Os próximos 100 anos da ABEn: novas lentes e novas lutas

Os próximos 100 anos da ABEn exigem reconhecer que os desafios contemporâneos demandam força e ação coletiva para reafirmar nossos compromissos com a qualidade da formação, do trabalho e da prática profissional, orientados pela justiça social e pela equidade, o que constitui uma tarefa central para o fortalecimento da enfermagem e para a consolidação de sistemas de saúde comprometidos com a vida.

Fortalecer a enfermagem também significa fortalecer a democracia. O trabalho em saúde está profundamente relacionado à garantia de direitos fundamentais, à redução das desigualdades sociais e à construção de políticas públicas que assegurem condições dignas de vida às populações. Nesse sentido, a enfermagem ocupa posição estratégica na defesa do SUS, na promoção da equidade em saúde e na construção de práticas de cuidado orientadas pelos direitos humanos.

Os desafios contemporâneos também exigem ampliar os horizontes epistemológicos e políticos da profissão. Para isso, propõem-se novas lentes teóricas de análise, como a interseccionalidade, a decolonialidade e outros modos de pensar, que podem contribuir para a reconfiguração da identidade profissional da enfermagem e para o bem-viver de seus profissionais. Uma reconfiguração identitária que reconheça, valorize e restaure o pensar e o fazer de mulheres, da existência negra e dos saberes marginais e periféricos; que dignifique as práticas de cuidado ancestrais, territoriais e acolha o moderno e o contemporâneo na pluralidade de modos de viver a vida e de cuidar da saúde. Essa reconfiguração implica incentivar a implementação e o fortalecimento de políticas e práticas que promovam, de forma equitativa, a visibilidade dos profissionais de enfermagem no ensino, nos serviços, na gestão de carreiras e nas instituições da categoria.

A identidade da profissão e de seus profissionais está estreitamente articulada ao perfil de seus trabalhadores. Somos uma categoria majoritariamente composta por mulheres, negras pertencentes a classes populares. Os trabalhadores da enfermagem vivem os atravessamentos próprios à sua natureza existencial.

A pesquisa da Demografia da Enfermagem [14] no país indicou que o racismo estrutural se manifesta na Enfermagem brasileira por meio de disparidades salariais, mesmo entre profissionais com a mesma formação. Estudos do Censo de 2010 mostraram que a renda média de profissionais brancos superava a de pretos e pardos em até 25% no nível superior e em 11% no nível médio, refletindo padrões históricos de iniquidade racial. A análise revela uma hierarquia salarial interseccional, em que homens brancos ganham mais, seguidos por mulheres brancas, homens negros e, por último, mulheres negras.

O racismo também cria barreiras à promoção profissional, com profissionais brancos tendo maior acesso a empregos de nível superior. Apesar do aumento na participação

de profissionais negros — de 26,3% em 2010 para 43,7% em 2021 —, essa expansão não superou as desigualdades salariais. A subnotificação da raça nos registros administrativos dificulta a elaboração de políticas públicas eficazes. Esses dados confirmam que o racismo estrutural limita o acesso a cargos de prestígio e mantém desvantagens econômicas para profissionais negros e pardos em relação aos brancos[14].

No que diz respeito às práticas decoloniais na pesquisa em enfermagem, na formulação de teorias de enfermagem e no ensino de enfermagem, há uma transição de uma perspectiva essencialmente eurocêntrica e americanizada para uma abordagem centrada na regionalidade, na cultura e nas práticas de saúde da latinidade[17-18].

A maneira como a enfermagem é ensinada e praticada na América Latina constitui uma herança de modelos eurocêntricos, uma vez que a própria formação da enfermagem profissional foi inspirada no modelo de Nightingale. Esse modelo ocidental/eurocêntrico foi introduzido no início do século XX, e a perspectiva decolonial permite questionar hierarquias históricas na produção do conhecimento, abrindo espaço para o reconhecimento de saberes outros, plurais, diversos, de práticas de cuidado ancestrais e de epistemologias produzidas em diferentes territórios e culturas[19].

Ao desafiar padrões eurocêntricos e colonialistas na formação e na produção científica, tal abordagem contribui para ampliar as possibilidades de compreensão da saúde e do cuidado, valorizando experiências historicamente marginalizadas[19]. Em outras palavras, a compreensão decolonial possibilita questionar de que modo essa origem influencia, até os dias atuais, os projetos pedagógicos dos cursos de enfermagem e a organização da prática social da enfermagem no país.

O olhar decolonial sobre a enfermagem no Brasil permite uma análise crítica que vai além dos números, identificando como padrões históricos de subordinação, opressão e desigualdades estruturais moldam a profissão[14]. Essa abordagem ajuda a entender disparidades como o racismo estrutural e a interseccionalidade, a divisão social, técnica e racial, a desvalorização do trabalho manual, a feminização e a proletarização do cuidado[16,17].

O racismo estrutural revela que profissionais brancos ganham mais que negros e pardos com a mesma formação, refletindo um padrão histórico de desigualdade racial. Monitorar opressões de gênero, raça e classe é fundamental, revelando por que homens brancos continuam no topo da pirâmide salarial da enfermagem e mulheres negras na base. Essa hierarquia, que se reproduz também na enfermagem, deve ser compreendida, pois a educação técnica, relacionada ao trabalho manual e às classes economicamente menos privilegiadas, reforça estruturas coloniais, levando a baixos salários e a pouco reconhecimento para técnicos e auxiliares. A predominância feminina na enfermagem (87%) é explicada pela divisão sexual do trabalho e pela proletarização, em que mulheres

de menor formação e salário sofrem maior desvalorização social herdada de modelos patriarcais[14]. São elas que sustentam o capitalismo, com seu trabalho invisibilizado pelas duplas jornadas, pela extensão do trabalho doméstico e, contraditoriamente, pela baixa remuneração[20].

Profissionais estrangeiros, principalmente da América do Sul e de países com menor desenvolvimento econômico, ilustram relações centro-periferia, com migração motivada pela busca de capital e enfrentando condições precárias de vínculo profissional, o que reflete desigualdades globais. A subnotificação da variável raça/cor nos registros administrativos oculta desigualdades e evidencia racismo institucional. Uma abordagem decolonial lança luz sobre a qualificação desses dados, a fim de promover políticas públicas de equidade e fortalecer o SUS[14].

A interseccionalidade, por sua vez, permite compreender como marcadores sociais como gênero, raça, classe social, território e geração se entrelaçam na produção de desigualdades que impactam tanto as condições de vida da população quanto as condições de trabalho dos profissionais de saúde. Ao reconhecer essas múltiplas dimensões, a enfermagem amplia sua capacidade de atuar de forma ética, política e socialmente comprometida[1-3].

Incorporar essas perspectivas à formação, à pesquisa e à prática profissional da enfermagem significa fortalecer um projeto de cuidado mais crítico, plural e inclusivo. Significa também reconhecer que o cuidado em saúde não é apenas uma prática técnica, mas uma prática social profundamente vinculada às condições históricas, culturais e políticas das sociedades[19].

Nesse sentido, pensar nos próximos 100 anos da ABEn implica reafirmar compromissos fundamentais com a defesa da democracia, da soberania dos povos, da autodeterminação e dos direitos humanos. Implica também fortalecer a formação política da enfermagem, ampliar os espaços de organização coletiva e incentivar a participação ativa da categoria nos processos sociais que moldam as políticas públicas de saúde.

A atuação da enfermagem nos diferentes territórios, seja nos serviços de saúde, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais ou nas organizações da sociedade civil, constitui um elemento fundamental para a construção de práticas de cuidado comprometidas com a justiça social e a dignidade humana.

Assim, olhar para os próximos 100 anos da ABEn significa reconhecer que o futuro da enfermagem será construído coletivamente, na articulação entre ciência, formação, trabalho e participação social, com respaldo técnico e legal. Fortalecer a organização política da profissão, ampliar os espaços de formação crítica e defender a democracia e os direitos humanos são tarefas permanentes para que a enfermagem continue contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e comprometida com a vida. A Figura 1 sintetiza o legado do primeiro século da ABEn e os desafios futuros,

com base no seguinte comando: usar as cores azul e amarela da Associação Brasileira de Enfermagem, destacando o contexto histórico, as lutas e os avanços nos 100 anos da entidade, as novas lentes teóricas de análise e os desafios para os próximos anos.



FIGURA 1. INFOGRÁFICO DE 100 ANOS DE LUTA COM VISÃO PARA O FUTURO. PRODUZIDA NA FERRAMENTA IA NOTEBOOKLM®, A PARTIR DO COMANDO (*PROMPT*) DO TÍTULO DA IMAGEM.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio projeta ospróximos cem anosda Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) como um período de fortalecimento econsolidação na luta por uma sociedade democráticae por uma categoria de enfermagem reconhecida e valorizada. Reflete as transformações políticas, oracismo estruturale as pressões neoliberais e seus impactos negativos nas condições de trabalho, no cuidado em saúde e na Enfermagem Brasileira.

Para enfrentar tais desafios, a ABEn reafirma seu compromisso de luta pelo reconhecimento e valorização da profissão com perspectivasinterseccionais e decoloniais buscando romper com modelos de formação e prática exclusivamente eurocêntricos e reconhecer a potência dos saberes diversos e ancestrais. Além disso, reafirma-se a luta

por umaformação presencial de qualidade, opondo-se ao ensino a distância e defendendo direitos trabalhistas dignos.

O centenário da ABEn constitui um marco para o fortalecimento de uma profissão mais equitativa, inclusiva e politicamente comprometida com a defesa da soberania nacional, da democracia e do Sistema Único de Saúde. Ao longo de sua trajetória, a ABEn desempenhou papel relevante na proteção dos direitos trabalhistas, na promoção da justiça social e na busca por melhores condições de trabalho, de educação e de pesquisa, consolidando um legado de compromisso com a vida, a democracia e os direitos humanos. Essas pautas mantêm acesa a vivacidade de uma centenária com muito fôlego para seguir em frente nos próximos 100 anos.

AGRADECIMENTOS

Aos membros do grupo organizador do Caderno de Dicas e da Programação pela valiosa contribuição na "tempestade de ideias" que deu origem ao tema e aos eixos temáticos da 87ª Semana Brasileira de Enfermagem da ABEn (destacados a seguir), que será celebrada no período de 12 a 20 de maio de 2026, em todo o território nacional: Jamilli Silva Santos, Jean Carlos Muller da Silva Bizarro, Margareth Santos de Amorin, Michel Angelo Marques Araújo e Kennedy Feliciano.

REFERÊNCIAS

1. Walsh C. Decolonialidad, Interculturalidad, Vida desde el Abya Yala-Andino. Notas pedagógicas y senti-pensantes. In: Borsani ME, Quintero P (compiladores). Los desafíos decoloniales de nuestros días: pensar en colectivo. Neuquén-Arg: EDUCO; Universidad Nacional del Comahue, 2014. p. 47-78.
2. Oliveira LF, Candau VMF. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educ Rev. 2010; 26(1):15–40. https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002
3. Walsh C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial [Internet]. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 2019; 5(1): 6-39. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002. [Citado em 2026 Abr 1].
4. Queler JJ. Novas perspectivas sobre a República no Brasil. Rev bras Ci Soc. 2018; 33 (96). Available from: https://doi.org/10.17666/339602/2018.
5. Padilha A, Massuda A, Leônidas F et al. Thirty-five years of Brazil's Unified Health System (SUS): from Alma-ata to the climate challenge Lancet Reg Health Am. 2025; 51:101295. 10.1016/j.lana.2025.101295

6. Santos RM, Almeida LMWS. Pensar a enfermagem na perspectiva da saúde planetária: reflexões a partir do cotidiano. Saúde planetária [recurso eletrônico]: desafios e a atuação crítica da Enfermagem. Caderno de Dicas 86ª SBEn. Brasília; ABEn, 2025, p. 14-24. Disponível em: https://abennacional.org.br/wp-content/uploads/2025/04/86SBEn.pdf

7. Pereira ÁAC, Cunha CLF, Alvarenga EC, Lemos M, Bastos M do SCB de O, Silva KL da, et al. Precarização do trabalho de enfermeiras: uma análise na Atenção Primária à Saúde brasileira. Trab educ saúde [Internet]. 2023;21:e02311227. Available from: https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2311

8. Silva R. O trabalho em um mundo mergulhado em múltiplas crises. Saúde planetária [recurso eletrônico]: desafios e a atuação crítica da Enfermagem. Caderno de Dicas 86ª SBEn. Brasília; ABEn, 2025, p. 35-42. Disponível em: https://abennacional.org.br/wp-content/uploads/2025/04/86SBEn.pdf

9. Sen A. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record; 2001.

10. ABEn. Seção Notícias. Enfermagem e os desafios do trabalho no século XXI: precarização, sobrecarga e luta por dignidade. 2025. Disponível em: https://abennacional.org.br/post_noticia/enfermagem-e-os-desafios-do-trabalho-no-seculo-xxi-precarizacao-sobrecarga-e-luta-por-dignidade/

11. ABEn. Seção Notícias. Diálogo comprometido com o Fórum Nacional de Enfermagem. 2025. Disponível em: https://abennacional.org.br/post_noticia/dialogo-comprometido-com-o-forum-nacional-de-enfermagem/

12. Brasil. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação... Disponível em : https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm

13. Brasil. Parecer CES/CNE nº 64/2026, homologado em 26 de março de 2026, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares de Enfermagem.

14. Brasil. Ministério da Saúde. Demografia e mercado de trabalho em enfermagem no Brasil [recurso eletrônico]. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. 314 p. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/demografia_enfermagem_mercado_trabalho_v1.pdf

15. Silva GTR (Org). Marcos legais da educação profissional técnica de nível médio em enfermagem: compêndio de 1931 a 2021. Brasilia: Editora ABEn; 2021. 909p. https://doi.org/10.51234/aben.21.e07

16. Mancia JR, Padilha MIC de S, Ramos FRS, Cordova FP, Amaral NV do. Congresso Brasileiro de Enfermagem: sessenta anos de história. Rev Bras Enferm [Internet]. 2009; 62 (3): 471–9. https://doi.org/10.1590/S0034-71672009000300023

17. Becerril LC. História da Educação de Enfermagem e as Tendências Contemporâneas. Hist enferm Rev eletrônica [Internet]. 2018; 9 (1):1-2. Disponível em: https://here.abennacional.org.br/here/v9/n1/_EDITORIAL-1_portugues.pdf

18. Kruse MHL. Enfermagem moderna: a ordem do cuidado. Rev Bras Enferm. 2006;59(spe):403–10. https://doi.org/10.1590/S0034-71672006000700004

19. Galvão MLS, Ramos TC, Oliveira TSD. Cuidado decolonial na formação em enfermagem: experiências e saberes a partir de ações extensionistas e memórias de parteiras tradicionais. Rev. Fac. Dir. 2023; 51 (1): 803-839 https://doi.org/10.14393/RFADIR-51.1.2023.68407.803-839

20. Fraser N. A crise do cuidado do capitalismo. Conversando com Nancy Fraser. Tempo Soc. 2025; 37(3):1-10. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2025.242979

CONFLITO DE INTERESSE

Todos os autores do ensaio são associados da ABEn e integram a comissão organizadora da 87ª Semana Brasileira de Enfermagem, como membros da Diretoria Nacional, das Seções e como representantes das Seções de cada estado da federação brasileira.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foram utilizados recursos de IA para revisão textual com a ferramenta Copilot da Microsoft e para a elaboração do infográfico com o Google NotebookLM.